



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região**

**Carta Precatória Cível**  
**0024129-57.2023.5.24.0006**

**Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 10/02/2023

**Valor da causa:** R\$ 38.120,60

**Partes:**

**DEPRECANTE:** LEANDRO SANTOS CARVALHO

**DEPRECADO:** JOSE DO PATROCINIO & CIA LTDA - ME

**PROCESSO 0024129-57.2023.5.24.0006**  
**EXEQUENTE: LEANDRO SANTOS CARVALHO**  
**EXECUTADO: JOSE DO PATROCINIO & CIA LTDA - ME**

### **EDITAL DE ALIENAÇÃO POR VENDA DIRETA**

O Doutor MARCO ANTONIO MIRANDA MENDES, Juiz do Trabalho da 6ª Vara do Trabalho de Campo Grande/MS, no uso de suas atribuições legais,

1. O Código de Processo Civil prevê, em seus artigos 876 e 879, a adjudicação e a alienação por iniciativa particular.

2. Essa modalidade de venda coaduna-se com os princípios da menor onerosidade para o executado, da efetividade, da utilidade e também da função social, efetivando-se de forma compatível com os propósitos da execução trabalhista e, no caso em tela, medida que vai ao encontro do objetivo final, que é a entrega da prestação jurisdicional de forma integral.

3. Sobre o tema, assim leciona Mauro Schiavi: "No nosso sentir, a alienação por iniciativa particular é perfeitamente compatível com o Processo do Trabalho, por propiciar maior efetividade à execução. Além disso, há permissivo no § 3º do art. 888, da CLT para que o leilão seja levado a efeito por iniciativa particular" (In Manual de Direito Processual do Trabalho, LTr, 4ª Edição, p. 1095).

4. Assim, autorizada a alienação por iniciativa particular, nos moldes do artigo 879 do CPC/15.

5. Portanto, por meio da presente decisão, torna-se público que está aberta a realização de venda direta dos bens penhorados nestes autos, que será na modalidade de iniciativa particular, por intermédio do Corretor e Leiloeiro habilitado, **Sr. TARCILIO LEITE, matrícula JUCEMS nº 03**, ora nomeado pelo Juízo, a quem se delega a competência para promover a divulgação e receber as propostas de aquisição dos interessados pelo **prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 90 (noventa)**, na modalidade Eletrônica, no site gestor de leilão ([www.casadeleiloes.com.br](http://www.casadeleiloes.com.br)), **com início no primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital, a partir das 14:00 (horário de Brasília), e com término em 90 (noventa dias) após a abertura a partir das 14:00 (horário de Brasília).**

5.1 Faculta-se à exequente requerer a adjudicação dos bens penhorados, observados os parâmetros contidos no artigo 876, do NCPC.

**BENS: ITEM I:** Carroceria (tipo gaiola) para transporte de gás, fabricação à base de ferro, assoalho em madeira Picetti, sem numeração aparente, cor amarela, usada, em bom estado de conservação, salvo algumas madeiras do assoalho.

**ITEM II** – Carroceria (tipo gaiola) para transporte de gás, fabricação à base de ferro, assoalho em madeira, marca Araçá, sem numeração aparente, cor verde, usada, em bom estado de conservação.

Data de Avaliação: 22/03/2023, ID. 1272e73-ad8299d.

**Valor Total avaliado R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), consoante ID. 1272e73 – ad8299d**

Bem depositado nas mãos do Sr. José do Patrocínio Filho, ID.1272e73 – 2c84154.

Localização dos Bens: Rua Martinho Pescador, 465, Jardim Ouro Preto, Campo Grande/MS, ID. 1272e73 – ad8299d.

**Ônus:** Não constam nos autos informações de ônus acerca dos bens.

Valor do débito na execução: R\$ 35.925,86, atualizado até 27/09/2023, ID.-9dc2531 – 7230106.

#### **CONDIÇÕES GERAIS:**

a) As condições de aquisição serão apreciadas pelo Juízo, sendo a proposta inicial não inferior a **50% do valor da avaliação** e, no caso de proposta com **pagamento parcelado**, haverá um **signal de 40%** e o **restante em até 03 parcelas**. Em caso de parcelamento, o bem somente será entregue ao comprador ao final do pagamento total.

b) A alienação fica aberta ao público para propostas durante 90 (noventa) dias prorrogável por mais 90 (noventa) dias. Durante o prazo de promoção da venda, apresentada a primeira proposta, aguardar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de outras propostas, sendo que a cada proposta apresentada iniciar-se-á novamente a contagem do prazo, até que cessem as propostas e findem-se os 5 (cinco) dias determinados, observando-se, neste caso, o prazo limite estabelecido no item 5 de 180 dias. Decorrido o prazo de 5 dias sem nova proposta, restará encerrada a alienação, independentemente do decurso do prazo de vigência do edital.

c) Haverá comissão de corretagem, correspondente a 5% do valor da proposta, que será arcada pelo licitante interessado.

d) Para os casos de adjudicação, transação, desistência da execução, remição, renúncia e remissão, manifestados após a publicação do edital, será devida a leiloeira oficial indenização de 2% (dois por cento) do valor da avaliação, limitada a 10% do valor da dívida.

e) Quem pretender adquirir deverá estar ciente de que, à espécie, aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho; da Lei nº 5.584, de 22.06.70; da Lei nº 6.830, de 22.09.80 e do Novo Código de Processo Civil, artigo

879, observada a ordem de citação, a omissão e a compatibilidade, principalmente dos dois últimos institutos.

f) O bem será entregue ao arrematante/adjudicante no estado em que se encontra, competindo ao interessado os encargos necessários à efetivação do registro, caso necessário, bem como a verificação do estado físico do bem e os custos da retirada do bem do local onde se encontra.

g) O arrematante receberá o bem livre de quaisquer ônus eventualmente existentes, uma vez que a arrematação faz cessar todos os vínculos materiais (v. g. hipoteca), processuais (v.g. penhoras), cautelares ou de emergência, que sobre o bem tenham sido constituídos, bem como ficará inteiramente desvinculado da responsabilidade tributária do executado. Créditos tributários sobre a propriedade, inclusive contribuições parafiscais, sub-rogam-se no preço (CTN, art. 130), respondendo exclusivamente pelo imposto de transmissão (NCPC, art. 901, §2º; CTN art. 35, inc. I).

h) Receberão os bens no estado declarado no auto de penhora, motivo pelo qual deverão verificar a existência de vícios; no caso específico de imóveis observar se o imóvel (objeto do leilão), se encontra de acordo com as normas do município.

i) Ficará a cargo do arrematante, a regularização de eventual construção existente sobre o imóvel, que não esteja averbada na matrícula correspondente;

j) O arrematante deverá informar qualquer alteração considerável ou impossibilidade de imitar-se na posse do bem, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do auto de arrematação.

6. Para que cheguem ao conhecimento do executado, do exequente, do depositário e demais interessados, a presente decisão tem força de edital levado ao público, por meio do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, bem como sua fixação em local costumeiro neste átrio trabalhista, sem prejuízo da divulgação pela corretora judicial.

7. Os interessados que não forem encontradas nos endereços constantes dos autos, entendendo que, por conta da simplicidade do procedimento nesta Justiça Especializada, a mera publicação do Edital é admitida como forma de intimação das partes a propósito da praça.

8. Por essa razão, assim ficam intimados da alienação judicial por iniciativa particular e venda direta, por meio da publicação desta decisão.

9. Publique-se e intemem-se as partes e os interessados.

*Miranda Mendes*  
 Marco Antônio Miranda Mendes  
 Juiz do Trabalho



Assinado eletronicamente por: NILTON NOGAI - Juntado em: 04/12/2023 16:38:50 - 3e92b9b  
<https://pje.trt24.jus.br/pjekz/validacao/23120416384480300000024772017?instancia=1>  
 Número do processo: 0024129-57.2023.5.24.0006



Assinado eletronicamente por: NILTON NOGAI - Juntado em: 02/02/2024 11:18:38 - 74cf343  
<https://pje.trt24.jus.br/pjekz/validacao/24020211183105200000025079367?instancia=1>  
 Número do processo: 0024129-57.2023.5.24.0006  
 Número do documento: 24020211183105200000025079367